

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCVIII • Nº 116

Poder Legislativo

Recife, sábado, 19 de junho de 2021

Presidente do Banco do Nordeste recebe Título de Cidadão de Pernambuco

Solenidade foi realizada ontem na Presidência da Assembleia Legislativa

FOTOS: MARCOS HENRIQUE/DIVULGAÇÃO



INICIATIVA - Sugestão para homenagem partiu do deputado Marco Aurélio Meu Amigo, que enalteceu “olhar especial do gestor para o Estado”

O presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Romildo Carneiro Rolim, é o mais novo cidadão de Pernambuco. A entrega do Título ao cearense foi feita pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eriberto Medeiros (PP), na manhã de ontem, em solenidade com a participação de parlamentares e outras autoridades.

A sugestão para a homenagem partiu do deputado Marco Aurélio Meu

Amigo (PRTB), autor do projeto que deu origem à Resolução nº 1.719/2020. Ao justificar a proposta, o parlamentar enalteceu a “grande afetividade e admiração” que Rolim nutre por Pernambuco, além de citar o aporte de R\$ 2,7 bilhões feito pelo Banco no Estado somente em 2020, valor que foi distribuído em mais de 240 mil operações.

“O resultado é fruto de um esforço adicional de toda a equipe capitaneada

por Rolim, motivada pela empatia e compromisso com os empreendedores pernambucanos. Isso se traduz em um crescimento no volume de recursos direcionados ao Estado da ordem de 22,7%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior”, ressalta o texto. “Ele tem um olhar especial para Pernambuco”, reforçou Marco Aurélio, durante o evento para a entrega do diploma.

Para o presidente da Assembleia, trata-se de



MISSÃO - “Em qualquer cadeira que sentei no BNB, sempre me dediquei e pensei no cliente, no setor produtivo”, discursou Romildo Rolim

“um justo reconhecimento a um profissional sério e de carreira, que ingressou no BNB em 1989 e, por comprovada competência e capacidade de liderança, alcançou o mais alto posto da instituição”. “Há mais de três anos, faz um trabalho de excelência à frente do maior banco de desenvolvimento regional da América Latina”, discursou Eriberto Medeiros.

Rolim agradeceu a presença de todos, assim como ao Poder Legislativo Estadual, por conceder a honraria. “Minha fala é de gratidão e respeito por vocês”, afirmou. “Sinto um abraço de reconhecimento, apesar de não buscar isso, porque trabalho para cumprir uma missão. Em tudo o que se consegue, não se pode recuar; a curva tem que ser sempre crescente. Em qualquer cadeira que sentei no BNB, sempre me dediquei e pensei no cliente, no setor produtivo.”

Além de deputados estaduais, compareceram à solenidade, realizada na Presidência da Alepe, representantes das federações pernambucanas da Indústria (Fiepe), do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) e da Agricultura e Pecuária (Faepe), além do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), da Sudene e de negócios locais.

BIOGRAFIA - Nascido em Fortaleza (CE), Romildo Carneiro Rolim graduou-se em Administração e Contabilidade. É mestre em Avaliação de Políticas Públicas e também especialista em Gestão Empresarial e em Normas Internacionais e Auditoria Interna. No BNB, trabalhou em agência, ocupou cargos técnicos relacionados a atividades de análise e acompanhamento de projetos, além de posições de gerência e superintendência. Ele preside o Banco do Nordeste desde o início de 2018.

Edits

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do art. 118, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: ALBERTO FEITOSA (PSC), ALLÍSIO LESSA (PSB), GUSTAVO GOUVEIA (DEM), ISALTINO NASCIMENTO (PSB), JOÃO PAULO (PC do B), PRISCILA KRAUSE (DEM), ROMÁRIO DIAS (PSD), TONY GEL (MDB), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes ANTÔNIO COELHO (DEM), ANTÔNIO MORAES (PP), DIOGO MORAES (PSB), JOÃO PAULO COSTA (AVANTE), JOAQUIM LIRA (PSD), JOSÉ QUEIROZ (PDT), ROGÉRIO LEÃO (PL), ROMERO SALES FILHO (PTB), SIMONE SANTANA (PSB) para participarem da reunião de deliberação remota a ser realizada às 9:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 21 (vinte e um) de junho, segunda-feira, do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO:

I) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

1) Projeto de Lei Complementar nº 2391/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui as Microrregiões de Água e Esgoto do Sertão e da RMR Pajeú e respectivas estruturas de governança.)

Regime de urgência

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1) Projeto de Lei Ordinária nº 2332/2021, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Prevenção ao Desaparecimento de Crianças)

2) Projeto de Lei Ordinária nº 2333/2021, de autoria do Deputado Erick Lessa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de rampa de acesso, plataforma elevatória ou equipamento com tecnologia equivalente em veículos do transporte coletivo rodoviário intermunicipal e dá outras providências.)

3) Projeto de Lei Ordinária nº 2334/2021, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, afim de proibir a inclusão de cláusulas de fidelização nos contratos com academias de ginástica no âmbito do Estado de Pernambuco.)

4) Projeto de Lei Ordinária nº 2335/2021, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Institui a garantia/reserva de vagas em Escolas Públicas, para filhos ou dependentes legais de Membro ou Ministro de Instituição Religiosa transferido no desempenho de suas funções eclesiais e administrativas no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

5) Projeto de Lei Ordinária nº 2336/2021, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 16.153, de 3 de outubro de 2017, que dispõe sobre normas de segurança nos estabelecimentos bancários e financeiros no Estado de Pernambuco, originada de Projetos de lei de autoria dos Deputados Ricardo Costa, Rodrigo Novaes, Terezinha Nunes e Clodoaldo Magalhães, a fim de estabelecer horário para suprimento e/ou recolhimento diário dos estabelecimentos financeiros e comerciais por empresas de transporte especializado de valores, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

6) Projeto de Lei Ordinária nº 2337/2021, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de estabelecer isenção de taxa de inscrição para o candidato egresso de instituição pública de ensino.)

7) Projeto de Lei Ordinária nº 2338/2021, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Altera a Lei nº 16.724, de 9 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para doadores regulares de sangue ou de medula óssea em espetáculos artístico-culturais e esportivos realizados no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de incluir as mulheres doadoras de leite materno no benefício.)

8) Projeto de Lei Ordinária nº 2339/2021, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as concessionárias de serviços públicos a indicar a data da contratação nas faturas e boletos de cobrança.)

9) Projeto de Lei Ordinária nº 2340/2021, de autoria do Deputado Erick Lessa (Ementa: Define penalidades administrativas pela prática de atos discriminatórios por motivo de raça, cor, etnia ou origem, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

10) Projeto de Lei Ordinária nº 2341/2021, de autoria do Deputado Erick Lessa (Ementa: Estabelece o prazo de validade do exame de morno e anemia infecciosa equina no Estado de Pernambuco.)

11) Projeto de Lei Ordinária nº 2342/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Conscientização sobre a Sama Demodécica Animal.)

12) Projeto de Lei Ordinária nº 2343/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a interrupção do fornecimento dos serviços que indica de forma automática, na ocasião de pagamento, acordo, negociação e quitação realizados pelo cliente e dá outras providências.)

13) Projeto de Lei Ordinária nº 2344/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Determina que as Operadoras de Planos de Saúde com sede ou filial em Pernambuco, concederão a autorização imediata para realização de exames para detecção do COVID 19 ou de patologias decorrentes do coronavírus e dá outras providências.)

14) Projeto de Lei Ordinária nº 2345/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas para confecção de 2ª via de documentos pessoais de Pessoas com Deficiências que tenham sido roubadas ou furtadas.)

15) Projeto de Lei Ordinária nº 2346/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Dispõe sobre obrigatoriedade de Batalhões da Polícia Militar de Pernambuco, possuírem, ao menos, um profissional policial militar habilitado na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, para atendimento da pessoa com deficiência auditiva.)

16) Projeto de Lei Ordinária nº 2347/2021, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de estabelecer isenção de taxa de inscrição para Pessoa Com Deficiência.)

17) Projeto de Lei Ordinária nº 2348/2021, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Veda aos planos de saúde com sede ou filial em Pernambuco, limitar consultas e sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicoterapia no tratamento das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA).)

18) Projeto de Lei Ordinária nº 2349/2021, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Institui a Política Estadual de Tratamento das Pessoas Vítimas de Queimaduras e dá outras providências.)

19) Projeto de Lei Ordinária nº 2350/2021, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Dispõe sobre a instalação de placas, cartazes ou avisos através de mídias digitais em ônibus de transporte urbano e intermunicipal, metrô e trens de transporte de passageiros, divulgando a Lei Federal 14.132/2021, que estabelece o Crime de Perseguição – Stalking – Contra a Mulher e dá outras providências.)

20) Projeto de Lei Ordinária nº 2151/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.722, de 9 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de Programa de Integridade por pessoas jurídicas de direito privado que contratarem com o Estado de Pernambuco, a fim de instituir regras adicionais para aplicação do programa de integridade e dá outras providências.)

21) Projeto de Lei Ordinária nº 2352/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Obriga o monitoramento contínuo de vazões e qualidade de água em estações de tratamento de esgotos no Estado de Pernambuco.)

22) Projeto de Lei Ordinária nº 2353/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Dispõe sobre a comunicação compulsória ao Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (DRACCO) da Polícia Civil de Pernambuco, ao Ministério Público de Pernambuco, ao Ministério Público de Contas de Pernambuco e ao Tribunal de Contas de Pernambuco, pelos gestores de órgãos públicos, quando do recebimento de denúncias de práticas de crimes contra a Administração Pública.)

23) Projeto de Lei Ordinária nº 2354/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.704, de 18 de dezembro de 2008, que cria o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária - CEEPS, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de estimular a criação de políticas públicas de economia popular solidária voltadas para iniciativas e empreendimentos organizados ou chefiados por mulheres.)

24) Projeto de Lei Ordinária nº 2355/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.762, de 31 de agosto de 2012, que institui a Política Estadual de Mobilidade por Bicicletas, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de dispor sobre a instalação de estrutura física adequada para o estacionamento de bicicletas, em empreendimentos privados.)

25) Projeto de Lei Ordinária nº 2356/2021, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a exposição do consumidor a constrangimento no uso do cartão magnético e dá outras providências.)

26) Projeto de Lei Ordinária nº 2357/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.104, de 1º de julho de 2010, que institui regras e critérios para a contratação ou formalização de apoio a eventos relacionados ao turismo e à cultura no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, a fim de fortalecer a cadeia do artesanato pernambucano, estimular o turismo gastronômico e o ecoturismo, e promover a interiorização do turismo em Pernambuco.)

27) Projeto de Lei Ordinária nº 2358/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar como dependente natural do titular de plano ou seguro-saúde, a criança ou adolescente sob a sua guarda ou tutela.)

28) Projeto de Lei Ordinária nº 2359/2021, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Altera a Lei nº 12.319, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a cobrança da Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos -TFUSP, no que diz respeito à inspeção e fiscalização agropecuária, e dá outras providências, a fim de substituir o termo "peixes ornamentais" pela expressão "organismos aquáticos ornamentais" e modifica o valor cobrado pela emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA) para a categoria de animais que especifica.)

29) Projeto de Lei Ordinária nº 2360/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 12.626, de 5 de julho de 2004, que institui a Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas e dá outras providências, originada de Projeto de Lei do Deputado Betinho Gomes, a fim de instituir regras adicionais de proteção.)

30) Projeto de Lei Ordinária nº 2361/2021, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de segurança e de vigilância eletrônica nas escolas da educação básica localizadas nas zonas urbanas no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

31) Projeto de Lei Ordinária nº 2362/2021, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Cria o Município de Nascente, desmembrando os distritos de Nascente e Gergelim do Município de Araripina, e dá outras providências.)

32) Projeto de Lei Ordinária nº 2363/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Assegura às vítimas de violência doméstica e familiar o direito à comunicação prévia quando do relaxamento de medida de privação de liberdade ou de medida protetiva de urgência aplicada contra quem deu causa à violência.)

33) Projeto de Lei Ordinária nº 2364/2021, de autoria da Deputada Clarissa Tercio (Ementa: Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes de Pernambuco ao aprendizado de língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona.)

34) Projeto de Lei Ordinária nº 2365/2021, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Determina a inclusão de plataforma no sítio eletrônico da secretaria que indica, instituindo o Banco de Sangue Virtual de Pernambuco e dá outras providências.)

35) Projeto de Lei Ordinária nº 2366/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Modifica a Lei nº 14.696, de 4 de junho de 2012, que institui as Políticas de Incentivo aos Esportes denominadas Time Pernambuco e Passaporte Esportivo, no âmbito do Estado de Pernambuco)

36) Projeto de Lei Ordinária nº 2367/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui o benefício Bolsa-Técnico, destinado a incentivar técnicos esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco)

37) Projeto de Lei Ordinária nº 2386/2021, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Declara o ex-vice-presidente da República Federativa do Brasil Marco Maciel Patrono do Legislador no Estado de Pernambuco.)

Regime de urgência

PODER LEGISLATIVO



MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Vice-Presidente**, Deputado Aglaílson Victor; **2º Vice-Presidente**, Deputado Manoel Ferreira; **1º Secretário**, Deputado Clodoaldo Magalhães; **2º Secretário**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **3º Secretário**, Deputado Rogério Leão; **4º Secretária**, Deputada Alessandra Vieira; **1º Suplente**, Deputado Antonio Fernando; **2º Suplente**, Deputada Simone Santana; **3º Suplente**, Deputado Joel da Harpa; **4º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz Filho; **5º Suplente**, Deputada Dulci Amorim; **6º Suplente**, Deputada Fabiola Cabral; **7º Suplente**, Deputado Romero Albuquerque. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Cássia Maria Lins Villarim Silva; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Juliana de Brito Figueiredo; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Rene Barbosa Gomes da Silva; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Sara Behar Torres Kobayashi; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Silvio Tavares de Amorim; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente Parlamentar** - Jose Eduíno de Brito Cavalcanti; **Superintendente de Inteligência Legislativa** - José Rivelino Ferreira de Moraes; **Superintendente de Comunicação Social** - Ricardo José de Oliveira Costa; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editora** - Cláudia Lucena; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Verônica Barros; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa; **Diagramação e Edição Eletrônica**: Alcício Nicolak Júnior, Antonio Violla; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scm@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

38) Projeto de Lei Ordinária nº 2392/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 6.307, de 29 de julho de 1971, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA.)

Regime de urgência

39) Projeto de Lei Ordinária nº 2393/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera o art. 3º da Lei nº 16.272, de 22 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Acesso ao Ensino Superior.)

Regime de urgência

DISCUSSÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1) Projeto de Lei Ordinária nº 538/2019, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Proíbe o descarte inadequado de filtros de cigarros, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Relator: Deputado Romero Sales Filho

2) Projeto de Lei Ordinária nº 1770/2021, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Altera a Lei nº 16.205, de 24 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o serviço de fretamento intermunicipal, a fim de equalizar a problemática dos prestadores do serviço deste segmento, na limitação ao uso de veículos com mais de quinze anos.)

Relator: Deputado Aluísio Lessa

3) Projeto de Lei Ordinária nº 2092/2021, de autoria do Deputado Antônio Fernando (Ementa: Prioriza Vacinação contra COVID-19 para produtores rurais, agricultores familiares e feirantes, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Relator: Deputado Isaltino Nascimento

TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 2093/2021, 2094/2021, 2180/2021.

3.1) Projeto de Lei Ordinária nº 2093/2021, de autoria do Deputado Antônio Fernando (Ementa: Inclui as Pessoas com Síndrome de Down, para a imunização no Plano Estadual de Operacionalização da Vacina contra a COVID-19.)

Relator: Deputado Isaltino Nascimento

TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 2092/2021, 2094/2021, 2180/2021.

3.2) Projeto de Lei Ordinária nº 2094/2021, de autoria do Deputado Antônio Fernando (Ementa: Estabelece no Programa Estadual de Vacinação Covid-19 prioridade às pessoas com deficiência física e intelectual permanente ou grave, doenças raras, Transtorno de Espectro Autista (TEA), e dá outras providências.)

Relator: Deputado Isaltino Nascimento

TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 2092/2021, 2093/2021, 2180/2021.

3.3) Projeto de Lei Ordinária nº 2180/2021, de autoria do Deputado Antônio Fernando (Ementa: Estabelece no Programa Estadual de Vacinação Covid-19, prioridade a todos os Funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) e Lotéricas, que Trabalham Diretamente no Atendimento e Cadastro dos Beneficiários do Bolsa Família e do Auxílio Emergencial do Governo Federal, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

Relator: Deputado Isaltino Nascimento

TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 2092/2021, 2093/2021, 2094/2021.

4) Projeto de Lei Ordinária nº 2143/2021, de autoria da Deputada Laura Gomes (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Mês Estadual de Conscientização do Transtorno de Personalidade Borderline.)

Relator: Deputado Aluísio Lessa

5) Projeto de Lei Ordinária nº 2294/2021, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Altera a Lei nº 11.751 de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída a rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Duere, a fim de estabelecer maior oferta de leite de cabra na composição alimentar.)

Relator: Deputado Antônio Moraes

6) Projeto de Lei Ordinária nº 2323/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 15.331, de 25 de junho de 2014, que institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda - FASEFAZ.)

Relator: Deputado Antônio Moraes

7) Projeto de Lei Ordinária nº 2324/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, ao Município do Recife, o direito de uso do imóvel integrante de seu patrimônio, situado na Estrada do Arraial, nº 4882, Monteiro, Município do Recife.)

Relator: Deputado Antônio Moraes

8) Projeto de Lei Ordinária nº 2325/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, ao Município de Surubim, o direito de uso do imóvel integrante de seu patrimônio, situado na Rua Floripes da Silva Baier, s/n, Coqueiro, Município de Surubim.)

Relator: Deputado Antônio Moraes

9) Projeto de Lei Ordinária nº 2326/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, ao Município de Vicência, o direito de uso do imóvel integrante de seu patrimônio, situado na Rua Dr. Manoel Borba, s/n, Centro, Município de Vicência.)

Relator: Deputado Antônio Moraes

10) Projeto de Lei Ordinária nº 2327/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, ao Município de Parnamirim, o direito de uso do imóvel integrante de seu patrimônio, localizado no Povoado de Jacaré, PE 555, área rural do Município de Parnamirim.)

Relator: Deputado Isaltino Nascimento

11) Projeto de Lei Ordinária nº 2328/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, ao Município de Parnamirim, o direito de uso de imóveis localizados no Município de Parnamirim.)

Relator: Deputado Isaltino Nascimento

12) Projeto de Lei Ordinária nº 2329/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, ao Município de Itapetim, o direito de uso do imóvel integrante de seu patrimônio, localizado na Avenida Clístenes Pérciles Leal, nº 201, Centro, Município de Itapetim.)

Relator: Deputado Isaltino Nascimento

13) Projeto de Lei Ordinária nº 2330 /2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, ao Município de Ribeirão, o direito de uso do imóvel integrante do seu patrimônio, situado na Avenida Mario Domingues, nº 1.914, Vila da Cohab, Município de Ribeirão.)

Relator: Deputado Isaltino Nascimento

14) Projeto de Lei Ordinária nº 2331/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, ao Município de Agrestina, o direito de uso do imóvel integrante de seu patrimônio, localizado na Rua Dr. Nestor Varejão, nº 259, Centro, Município de Agrestina.)

Relator: Deputado Isaltino Nascimento

II) EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS:

1) Substitutivo nº 2/2021, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária Nº 2035/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo), ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2035/2021**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar ao consumidor com deficiência visual o direito a receber, sem qualquer custo adicional, contratos, boletos, extratos, faturas, comprovantes de transações e quaisquer outros documentos inerentes às relações de consumo, em Braille ou em outro formato acessível.)

Relator: Deputado João Paulo

2) Substitutivo nº 1/2021, de autoria da Comissão de Educação e Cultura (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2061/2021, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo), ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2061/2021**, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual dos Santos dos Últimos Dias.)

Relator: Deputado Tony Gel

Recife, 18 de junho de 2021
Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

DEPUTADO WALDEMAR BORGES
PRESIDENTE CCLJ

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 118, inciso II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: ALBERTO FEITOSA (PSC), ANTONIO COELHO (DEM), ANTÔNIO MORAES (PP), DIOGO MORAES (PSB), HENRIQUE QUEIROZ FILHO (PL), JOÃO PAULO COSTA (AVANTE), JOSÉ QUEIROZ (PDT) e TONY GEL (MDB), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes: DORIEL BARROS (PT), GUSTAVO GOUVEIA (DEM), ISALTINO NASCIMENTO (PSB), JOÃO PAULO (PC do B), MARCANTONIO DOURADO FILHO (PP), PRISCILA KRAUSE (DEM), ROGÉRIO LEÃO (PL), ROMÁRIO DIAS (PSD) e SIMONE SANTANA (PSB), para participarem da reunião de deliberação remota a ser realizada às 16h (dezesseis horas) do dia 22 (vinte e dois) de junho, terça-feira, do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO:

I) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

1. Projeto de Lei Complementar nº 2391/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui as Microrregiões de Água e Esgoto do Sertão e da RMR Pajeú e respectivas estruturas de governança.)

Regime de urgência

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1. Projeto de Lei Ordinária nº 2366/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Modifica a Lei nº 14.696, de 4 de junho de 2012, que institui as Políticas de Incentivo aos Esportes denominadas Time Pernambuco e Passaporte Esportivo, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

2. Projeto de Lei Ordinária nº 2367/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui o benefício Bolsa-Técnico, destinado a incentivar técnicos esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

3. Projeto de Lei Ordinária nº 2390/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a destinação de vagas para às agências do trabalho da Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação do Estado de Pernambuco, por empresas que receberem incentivos fiscais ou concessão de linhas de crédito pelo Poder Público estadual, nos termos que indica.)

4. Projeto de Lei Ordinária nº 2392/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 6.307, de 29 de julho de 1971, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA.)

Regime de urgência

5. Projeto de Lei Ordinária nº 2393/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera o art. 3º da Lei nº 16.272, de 22 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Acesso ao Ensino Superior.)

Regime de urgência

DISCUSSÃO:

I) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

1. Projeto de Lei Complementar nº 2178/2021, de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 100, de 21 de novembro de 2007 - Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, para criar a Vara Colegiada de Delitos de Organizações Criminosas.)

Relator: Deputado João Paulo.

1.1 Emenda Supressiva nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Suprime dispositivos do Projeto de Lei Complementar nº 2178/2021.)

Relator: Deputado João Paulo.

1.2 Emenda Modificativa nº 02/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Modifica os Anexos III e IV do Projeto de Lei Complementar nº 2178/2021.)

Relator: Deputado João Paulo.

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1. Projeto de Lei Ordinária nº 2323/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 15.331, de 25 de junho de 2014, que institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda - FASEFAZ.)

Relator: Deputado José Queiroz.

2. Projeto de Lei Ordinária nº 2324/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, ao Município do Recife, que tem o objetivo de viabilizar a instalação e o funcionamento de unidade de ensino municipal.)

Relator: Deputado Alberto Feitosa.

3. Projeto de Lei Ordinária nº 2325/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, ao Município de Surubim, que tem o objetivo de viabilizar a instalação e o funcionamento de unidade de ensino municipal.)

Relator: Deputado Henrique Queiroz Filho.

4. Projeto de Lei Ordinária nº 2326/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, ao Município de Vicência, que tem o objetivo de viabilizar a instalação e o funcionamento de unidade de ensino municipal.)

Relator: Deputado Diogo Moraes.

5. Projeto de Lei Ordinária nº 2327/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, ao Município de Parnamirim, que tem o objetivo de viabilizar a instalação e o funcionamento de unidade de ensino municipal.)

Relator: Deputado Tony Gel.

6. Projeto de Lei Ordinária nº 2328/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso dos imóveis que indica, ao Município de Parnamirim, que tem o objetivo de viabilizar a instalação e o funcionamento da Sede do Conselho Tutelar Municipal e de órgãos da Prefeitura do Município.)

Relator: Deputado Antônio Moraes.

7. Projeto de Lei Ordinária nº 2329/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, ao Município de Itapetim, que tem o objetivo de viabilizar a ampliação da Secretaria de Agricultura e Infraestrutura do Município.)

Relator: Deputado Isaltino Nascimento.

8. Projeto de Lei Ordinária nº 2330/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, ao Município de Ribeirão, que tem o objetivo de viabilizar a instalação e o funcionamento do Conselho Tutelar do Município.)

Relator: Deputado Tony Gel.

9. Projeto de Lei Ordinária nº 2331/2021, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, ao Município de Agrestina, que tem o objetivo de viabilizar a instalação

e o funcionamento do Memorial do Município.)

Relator: Deputado Tony Gel.

Recife, 18 de junho de 2021.

**DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
PRESIDENTE**

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Convoco nos termos do art. 118 inciso II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados: **ANTONIO COELHO (DEM)**, **ERICK LESSA (PP)**, **JOÃO PAULO COSTA (AVANTE)**, **JOAQUIM LIRA (PSD)**, **JOSÉ QUEIROZ (PDT)**, **ROMERO SALES FILHO (PTB)**, membros titulares, e os Deputados: **ALBERTO FEITOSA (PSC)**, **DELEGADA GLEIDE ÂNGELO (PSB)**, **GUILHERME UCHÔA (PSC)**, **ISALTINO NASCIMENTO (PSB)**, **ROMÁRIO DIAS (PSD)**, **TERESA LEITÃO (PT)** e **TONY GEL (MDB)**, membros suplentes, para participarem da reunião de deliberação remota a ser realizada às 11:00h (onze horas) do dia 21 (vinte e um) de junho, segunda-feira do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO

I) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

01. Projeto de Lei Complementar Nº 2391/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Institui as Microrregiões de Água e Esgoto do Sertão e da RMR Pajeú e respectivas estruturas de governança.)
Regime de urgência

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

01. Projeto de Lei Ordinária Nº 2332/2021, de autoria do Deputado William Brígido (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Prevenção ao Desaparecimento de Crianças.)

02. Projeto de Lei Ordinária Nº 2333/2021, de autoria do Deputado Erick Lessa (**EMENTA:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de rampa de acesso, plataforma elevatória ou equipamento com tecnologia equivalente em veículos do transporte coletivo rodoviário intermunicipal e dá outras providências.)

03. Projeto de Lei Ordinária Nº 2334/2021, de autoria do Deputado William Brígido (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, afim de proibir a inclusão de cláusulas de fidelização nos contratos com academias de ginastica no âmbito do Estado de Pernambuco.)

04. Projeto de Lei Ordinária Nº 2335/2021, de autoria do Deputado William Brígido (**EMENTA:** Institui a garantia/reserva de vagas em Escolas Públicas, para filhos ou dependentes legais de Membro ou Ministro de Instituição Religiosa transferido no desempenho de suas funções eclesiais e administrativas no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

05. Projeto de Lei Ordinária Nº 2336/2021, da autoria do Deputado William Brígido (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.153, de 3 de outubro de 2017, que dispõe sobre normas de segurança nos estabelecimentos bancários e financeiros no Estado de Pernambuco, originada de Projetos de lei de autoria dos Deputados Ricardo Costa, Rodrigo Novaes, Terezinha Nunes e Clodoaldo Magalhães, a fim de estabelecer horário para suprimento e/ou recolhimento diário dos estabelecimentos financeiros e comerciais por empresas de transporte especializado de valores, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

06. Projeto de Lei Ordinária Nº 2337/2021, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (**EMENTA:** Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de estabelecer isenção de taxa de inscrição para o candidato egresso de instituição pública de ensino.)

07. Projeto de Lei Ordinária Nº 2338/2021, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (**EMENTA:** Altera a Lei nº Lei nº 16.724, de 9 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para doadores regulares de sangue ou de medula óssea em espetáculos artístico-culturais e esportivos realizados no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de incluir as mulheres doadoras de leite materno no benefício.)

08. Projeto de Lei Ordinária Nº 2339/2021, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as concessionárias de serviços públicos a indicar a data da contratação nas faturas e boletos de cobrança.)

09. Projeto de Lei Ordinária Nº 2340/2021, de autoria do Deputado Erick Lessa (**EMENTA:** Define penalidades administrativas pela prática de atos discriminatórios por motivo de raça, cor, etnia ou origem, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

10. Projeto de Lei Ordinária Nº 2341/2021, de autoria do Deputado Erick Lessa (**EMENTA:** Estabelece o prazo de validade do exame de mormo e anemia infecciosa equina no Estado de Pernambuco.)

11. Projeto de Lei Ordinária Nº 2342/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Conscientização sobre a Sarna Demodéica Animal.)

12. Projeto de Lei Ordinária Nº 2343/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a interrupção do fornecimento dos serviços que indica de forma automática, na ocasião de pagamento, acordo, negociação e quitação realizados pelo cliente e dá outras providências.)

13. Projeto de Lei Ordinária Nº 2344/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**EMENTA:** Determina que as Operadoras de Planos de Saúde com sede ou filial em Pernambuco, concederão a autorização imediata para realização de exames para detecção do COVID 19 ou de patologias decorrentes do coronavírus e dá outras providências.)

14. Projeto de Lei Ordinária Nº 2345/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**EMENTA:** Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas para confecção de 2ª via de documentos pessoais de Pessoas com Deficiências que tenham sido roubadas ou furtadas.)

15. Projeto de Lei Ordinária Nº 2346/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**EMENTA:** Dispõe sobre obrigatoriedade de Batalhões da Polícia Militar de Pernambuco, possuírem, ao menos, um profissional policial militar habilitado na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, para atendimento da pessoa com deficiência auditiva.)

16. Projeto de Lei Ordinária Nº 2347/2021, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (**EMENTA:** Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de estabelecer isenção de taxa de inscrição para Pessoa Com Deficiência.)

17. Projeto de Lei Ordinária Nº 2348/2021, da autoria da Deputada Alessandra Vieira (**EMENTA:** Veda aos planos de saúde com sede ou filial em Pernambuco, limitar consultas e sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicoterapia no tratamento das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA).)

18. Projeto de Lei Ordinária Nº 2349/2021, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (**EMENTA:** Institui a Política Estadual de Tratamento das Pessoas Vítimas de Queimaduras e dá outras providências.)

19. Projeto de Lei Ordinária Nº 2350/2021, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (**EMENTA:** Dispõe sobre a instalação de placas, cartazes ou avisos através de mídias digitais em ônibus de transporte urbano e intermunicipal, metrô e trens de transporte de passageiros, divulgando a Lei Federal 14.132/2021, que estabelece o Crime de Perseguição – Stalking – Contra a Mulher e dá outras providências.)

20. Projeto de Lei Ordinária Nº 2351/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.722, de 9 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de Programa de Integridade por pessoas jurídicas de direito privado que contratarem com o Estado de Pernambuco, a fim de instituir regras adicionais para aplicação do programa de integridade e dá outras providências.)

21. Projeto de Lei Ordinária Nº 2352/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (**EMENTA:** Obriga o monitoramento contínuo de vazões e qualidade de água em estações de tratamento de esgotos no Estado de Pernambuco.)

22. Projeto de Lei Ordinária Nº 2353/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Dispõe sobre a comunicação compulsória ao Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (DRACCO) da Polícia Civil de Pernambuco, ao Ministério Público de Pernambuco, ao Ministério Público de Contas de Pernambuco e ao Tribunal de Contas de Pernambuco, pelos gestores de órgãos públicos, quando do recebimento de denúncias de práticas de crimes contra a Administração Pública)

23. Projeto de Lei Ordinária Nº 2354/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Altera a Lei nº 13.704, de 18 de dezembro de 2008, que cria o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária - CEEPS, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de estimular a criação de políticas públicas de economia popular solidária voltadas para iniciativas e empreendimentos organizados ou chefiados por mulheres.)

24. Projeto de Lei Ordinária Nº 2355/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Altera a Lei nº 14.762, de 31 de agosto de 2012, que institui a Política Estadual de Mobilidade por Bicicletas, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de dispor sobre a instalação de estrutura física adequada para o estacionamento de bicicletas, em empreendimentos privados.)

25. Projeto de Lei Ordinária Nº 2356/2021, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a exposição do consumidor a constrangimento no uso do cartão magnético e dá outras providências.)

26. Projeto de Lei Ordinária Nº 2357/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Altera a Lei nº 14.104, de 1º de julho de 2010, que institui regras e critérios para a contratação ou formalização de apoio a eventos relacionados ao turismo e à cultura no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, a fim de fortalecer a cadeia do artesanato pernambucano, estimular o turismo gastronômico e o ecoturismo, e promover a interiorização do turismo em Pernambuco.)

27. Projeto de Lei Ordinária Nº 2358/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar como dependente natural do titular de plano ou seguro-saúde, a criança ou adolescente sob a sua guarda ou tutela.)

28. Projeto de Lei Ordinária Nº 2359/2021, de autoria do Deputado Doriel Barros (**EMENTA:** Altera a Lei nº 12.319, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a cobrança da Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos -TFUSP, no que diz respeito à inspeção e fiscalização agropecuária, e dá outras providências, a fim de substituir o termo “peixes ornamentais” pela expressão “organismos aquáticos ornamentais” e modifica o valor cobrado pela emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA) para a categoria de animais que especifica.)

29. Projeto de Lei Ordinária Nº 2360/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (**EMENTA:** Altera a Lei nº 12.626, de 5 de julho de 2004, que institui a Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas e dá outras providências, originada de Projeto de Lei do Deputado Betinho Gomes, a fim de instituir regras adicionais de proteção.)

30. Projeto de Lei Ordinária Nº 2361/2021, de autoria da Deputada Roberta Arraes (**EMENTA:** Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de segurança e de vigilância eletrônica nas escolas da educação básica localizadas nas zonas urbanas no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

31. Projeto de Lei Ordinária Nº 2363/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Assegura às vítimas de violência doméstica e familiar o direito à comunicação prévia quando do relaxamento de medida de privação de liberdade ou de medida protetiva de urgência aplicada contra quem deu causa à violência.)

32. Projeto de Lei Ordinária Nº 2364/2021, de autoria da Deputada Clarissa Tercio (**EMENTA:** Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes de Pernambuco ao aprendizado de língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona.)

33. Projeto de Lei Ordinária Nº 2365/2021, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (**EMENTA:** Determina a inclusão de plataforma no sítio eletrônico da secretaria que indica, instituindo o Banco de Sangue Virtual de Pernambuco e dá outras providências.)

34. Projeto de Lei Ordinária Nº 2366/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Modifica a Lei nº 14.696, de 4 de junho de 2012, que institui as Políticas de Incentivo aos Esportes denominadas Time Pernambuco e Passaporte Esportivo, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

35. Projeto de Lei Ordinária Nº 2367/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Institui o benefício Bolsa-Técnico, destinado a incentivar técnicos esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

36. Projeto de Lei Ordinária Nº 2386/2021, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (**EMENTA:** Declara o ex-vice-presidente da República Federativa do Brasil Marco Maciel Patrono do Legislador no Estado de Pernambuco.)
Regime de urgência

37. Projeto de Lei Ordinária Nº 2392/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Altera a Lei nº 6.307, de 29 de julho de 1971, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA.)
Regime de urgência

38. Projeto de Lei Ordinária Nº 2393/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Altera o art. 3º da Lei nº 16.272, 22 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Acesso ao Ensino Superior.)
Regime de urgência

DISCUSSÃO

I) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

01. Projeto de Lei Complementar Nº 2178/2021, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **alterado pela Emenda Supressiva nº 01/2021, e a Emenda Modificativa nº 02/2021**, ambas de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (**EMENTA:** Altera a Lei Complementar nº 100, de 21 de novembro de 2007 - Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, para criar a Vara Colegiada de Delitos de Organizações Criminosas.)
RELATORA: DEPUTADA TERESA LEITÃO

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

01. Projeto de Lei Ordinária Nº 1746/2021, de autoria do Deputado João Paulo Costa, **alterado pelo Substitutivo Nº 01/2021**, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar que o consumidor terá direito a receber outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, caso compre produto com prazo de validade vencido.)
RELATOR: DEPUTADO TONY GEL

02. Projeto de Lei Ordinária Nº 2323/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Altera a Lei nº 15.331, de 25 de junho de 2014, que institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda – FASEFAZ.)
RELATOR: DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA

03. Projeto de Lei Ordinária Nº 2324/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica , integrante de seu patrimônio, situado na Estrada do Arraial, nº 4882, Monteiro,

Município do Recife, neste Estado.)

RELATOR: DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO

04. Projeto de Lei Ordinária Nº 2325/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, integrante de seu patrimônio, situado na Rua Florípes da Silva Baier, s/n, Coqueiro, Município de Surubim, neste Estado.)

RELATOR: DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO

05. Projeto de Lei Ordinária Nº 2326/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, integrante de seu patrimônio, situado na Rua Dr. Manoel Borba, s/n, Centro, Município de Vicência, neste Estado.)

RELATOR: DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO

06. Projeto de Lei Ordinária Nº 2327/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, integrante de seu patrimônio, localizado no Povoado de Jacaré, PE 555, área rural do Município de Parnamirim, neste Estado, registrado sob a matrícula nº 2435, no Cartório Único de Notas e Registros Públicos do referido Município.)

RELATOR: DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO

07. Projeto de Lei Ordinária Nº 2328/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso dos imóveis que indica, ao Município de Parnamirim, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o direito de uso dos imóveis, integrantes de seu patrimônio, localizados na: Avenida Luiz Cabral, nº 2, Centro, Parnamirim/PE; e Avenida Agamenon Magalhães, nº 590, Centro, Parnamirim/PE.)

RELATOR: DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ

08. Projeto de Lei Ordinária Nº 2329/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, integrante de seu patrimônio, localizado na Avenida Clístenes Péricles Leal, nº 201, Centro, Município de Itapetim, neste Estado.)

RELATOR: DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ

09. Projeto de Lei Ordinária Nº 2330/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, ao Município de Ribeirão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o direito de uso do imóvel, integrante do seu patrimônio, situado na Avenida Mario Domingues, nº 1.914, Vila da Cohab, Município de Ribeirão, neste Estado.)

RELATOR: DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ

10. Projeto de Lei Ordinária Nº 2331/2021, de autoria do Poder Executivo (**EMENTA:** Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica, integrante de seu patrimônio, localizado na Rua Dr. Nestor Varejão, nº 259, Centro, Município de Agrestina, neste Estado..)

RELATOR: DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ

Sala da Comissão de Administração Pública
Recife, 18 de junho de 2021

DEPUTADO ANTÔNIO MORAES
PRESIDENTE

COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 118, Inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, as Deputadas e Deputados: **ERICK LESSA (PP)**, **FABRIZIO FERRAZ (PP)**, **PRISCILA KRAUSE (DEM)** e **ROGÉRIO LEÃO (PL)**, membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes **ALESSANDRA VIEIRA (PSDB)**, **ALUÍSIO LESSA (PSB)**, **CLOVIS PAIVA (PP)**, **DULCI AMORIM (PT)** e **ROBERTA ARRAES (PP)** para a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, a ser realizada às 14:30h (catorze horas e trinta minutos), do dia 22 de junho de 2021, através do Sistema de Deliberação Remota, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde estarão em pauta as seguintes matérias:

DISTRIBUIÇÃO:

I - PROJETOS:

a) Projeto de Lei Ordinária nº 2362/2021, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Cria o Município de Nascente, desmembrando os distritos de Nascente e Gergelim do Município de Araripina, e dá outras providências.);

b) Projeto de Lei Ordinária nº 2380/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Determina a instituição de serviço informatizado e facilitado de denúncia de maus tratos contra animais silvestres, domésticos, domesticados, nativos ou exóticos, via número telefônico com aplicativo de mensagens, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dá outras providências.);

c) Projeto de Lei Complementar nº 2391/2021, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui as Microrregiões de Água e Esgoto do Sertão e da RMR Pajeú e respectivas estruturas de governança.).
Regime de Urgência

DISCUSSÃO:

I - PROJETOS:

a) Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação dos Projetos de Leis Ordinárias nº 1635/2020 e nº 1641/2020.); **Projeto de Lei Ordinária nº 1635/2020, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia** (Ementa: Altera a Lei nº 16.320, de 26 de março de 2018, que regulamenta as feiras de produtos orgânicos e/ou agroecológicos no Estado de Pernambuco e dá outras providências, de autoria do Deputado Miguel Coelho, a fim de obrigar a divulgação de informações sobre a realização das feiras e sobre o cadastro de produtores.); **Projeto de Lei Ordinária nº 1641/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa** (Ementa: Estabelece diretrizes para o incentivo e fomento das feiras livres de produtos orgânicos, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);
RELATOR: Deputado Fabrizio Ferraz.

b) Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2240/2021.); **Projeto de Lei Ordinária nº 2240/2021, de autoria do Deputado Antônio Coelho** (Ementa: Institui a Política Estadual de Voluntariado e Exercício de Cidadania e dá outras providências.);
RELATORA: Deputada Priscila Krause.

c) Projeto de Lei Ordinária nº 2324/2021, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica.);
RELATOR: Deputado Aluisio Lessa.

d) Projeto de Lei Ordinária nº 2325/2021, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica.);
RELATOR: Deputado Erick Lessa.

e) Projeto de Lei Ordinária nº 2326/2021, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica.);
RELATOR: Deputado Aluisio Lessa.

f) Projeto de Lei Ordinária nº 2327/2021, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica.);
RELATOR: Deputado Erick Lessa.

g) Projeto de Lei Ordinária nº 2328/2021, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso dos imóveis que indica.);

RELATOR: Deputado Aluisio Lessa.

h) Projeto de Lei Ordinária nº 2329/2021, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica.);

RELATOR: Deputado Erick Lessa.

i) Projeto de Lei Ordinária nº 2330/2021, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica.);

RELATOR: Deputado Aluisio Lessa.

j) Projeto de Lei Ordinária nº 2331/2021, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica.);

RELATOR: Deputado Erick Lessa.

Recife, 18 de junho de 2021.
Sala da Comissão de Negócios Municipais

DEPUTADA SIMONE SANTANA
Presidente

COMISSÃO DE ESPORTE E LAZER EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do Art. 118, Inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados: **ANTÔNIO FERNANDO, GUSTAVO GOUVEIA, PROFESSOR PAULO DUTRA e ROMERO ALBUQUERQUE**, membros titulares; **CLÓVIS PAIVA, GUILHERME UCHOA, HENRIQUE QUEIROZ FILHO, JOAQUIM LIRA e MANOEL FERREIRA**, membros suplentes, para participarem da reunião ordinária, pelo sistema de deliberação remota a ser realizada às **15h30min (quinze horas e trinta minutos) do dia 22 de junho** do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO:

1) Projeto de Lei Ordinária nº 2191/2021 de autoria da deputada Delegada Gleide Ângelo.

Ementa: Estabelece a igualdade de premiações e benefícios entre atletas e paratletas em competições esportivas e paraesportivas realizadas, apoiadas e/ou patrocinadas por órgãos e entidades do Poder Público Estadual.

2) Projeto de Lei Ordinária nº 2334/2021 de autoria do deputado William Brígido.

Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a inclusão de cláusulas de fidelização nos contratos com academias de ginástica no âmbito do Estado de Pernambuco.

3) Projeto de Lei Ordinária nº 2338/2021 de autoria do deputado Professor Paulo Dutra.

Ementa: Altera a Lei nº Lei nº 16.724, de 9 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para doadores regulares de sangue ou de medula óssea em espetáculos artístico-culturais e esportivos realizados no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de incluir as mulheres doadoras de leite materno no benefício.

4) Projeto de Lei Ordinária nº 2357/2021 de autoria da deputada Delegada Gleide Ângelo.

Ementa: Altera a Lei nº 14.104, de 1º de julho de 2010, que institui regras e critérios para a contratação ou formalização de apoio a eventos relacionados ao turismo e à cultura no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, a fim de fortalecer a cadeia do artesanato pernambucano, estimular o turismo gastronômico e o ecoturismo, e promover a interiorização do turismo em Pernambuco.

5) Projeto de Lei Ordinária nº 2366/2021 de autoria do governador do Estado.

Ementa: Modifica a Lei nº 14.696, de 4 de junho de 2012, que institui as Polítics de Incentivo aos Esportes denominadas Time Pernambuco e Passaporte Esportivo, no âmbito do Estado de Pernambuco.

6) Projeto de Lei Ordinária nº 2367/2021 de autoria do governador do Estado.

Ementa: Institui o benefício Bolsa-Técnico, destinado a incentivar técnicos esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco.

7) Projeto de Lei Ordinária nº 2383/2021 de autoria do deputado Doriel Barros.

Ementa: Institui o plano estadual de juventude e sucessão rural e dá outras providências.

DISCUSSÃO:

1) Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2240/2021, de autoria do deputado Antônio Coelho.

Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual do Voluntariado e Exercício de Cidadania.

Relator: deputado Antônio Fernando.

Recife, 18 de junho de 2021.

Deputado JOÃO PAULO COSTA
Presidente

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do Art. 118 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, a deputada Clarissa Tércio (PSC), deputado Isaltino Nascimento (PSB), deputado Pastor Cleiton Collins (PP) e deputada Simone Santana (PSB), membros titulares, e na ausência destes, os suplentes: deputada Alessandra Vieira (PSDB), deputado Antônio Fernando (PSC), deputada Fabíola Cabral (PP), deputado João Paulo (PC do B) e deputada Laura Gomes (PSB), para participarem da reunião ordinária de deliberação remota a ser realizada às **14h00min**, do dia 22 (vinte e dois) de junho, quarta-feira, do corrente ano, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO

1) Projeto de Lei Ordinária nº 2370/2021, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães. Ementa: Altera a Lei nº 15.755, de 4 de abril de 2016, que institui o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco, a fim de asseverar o direito ao atendimento ginecológico da gestante privada de liberdade durante o período do pré-natal, do parto e do pós-parto;

2) Projeto de Lei Ordinária nº 2372/2021, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra. Ementa: Dispõe sobre a acessibilidade nas aulas remotas das escolas públicas e privadas no Estado de Pernambuco;

3) Projeto de Lei Ordinária nº 2376/2021, de autoria do Deputado Antonio Coelho. Ementa: Institui o Programa Estadual do Cuidado Farmacêutico na Escola e dá outras providências;

4) Projeto de Lei Ordinária nº 2377/2021, de autoria do Deputado Antonio Coelho. Ementa: Altera a Lei nº 16.538, de 9 de janeiro de 2019, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado de Pernambuco, originado de Projeto de Lei de autoria dos Deputados Socorro Pimentel e Rodrigo Novaes, a fim de publicar o direito ao atendimento prioritário para as pessoas com câncer;

5) Projeto de Lei Ordinária nº 2378/2021, de autoria da Deputada Fabíola Cabral. Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei;

6) Projeto de Lei Ordinária nº 2387/2021, de autoria do Deputado João Paulo Costa. Ementa: Dispõe acerca da criação de um plano de emergência para entrega regular de remédios, no decorrer da pandemia.

DISCUSSÃO

1) Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos **Projetos de Lei Ordinária nº 1635/2020 e nº 1641/2020**, de autoria dos Deputados Gustavo Gouveia e João Paulo Costa, que altera a Lei nº 16.320, de 26 de março de 2018, que regulamenta as feiras de produtos orgânicos e/ou agroecológicos no Estado de Pernambuco e dá outras providências, de autoria do Deputado Miguel Coelho, a fim de obrigar a divulgação de informações sobre a realização das feiras e sobre o cadastro de produtores;

Relatora: Deputada Roberta Arraes

2) Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1917/2021**, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, que obriga o atendimento, no pavimento térreo de prédios públicos ou privados, de idosos, gestantes, pessoas com deficiência física, dificuldade ou restrição de locomoção, quando inexistente equipamento interno para acesso a pavimentos superiores;

Relatora: Deputada Roberta Arraes

3) Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2038/2021**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, que altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de determinar que as concessionárias de serviços públicos disponibilizem aos consumidores plataformas digitais para contestação de dívidas e pagamento de faturas, consulta, alteração de titularidade e cancelamento do contrato, consulta de histórico de consumo, obtenção de declaração de quitação e comprovantes de pagamento das faturas, alteração de datas de vencimento, emissão de faturas em Braille, solicitação de tarifa social e negociação de dívidas;

Relator: Deputado João Paulo

4) Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2146/2021**, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, que altera a Lei nº 15.880, de 17 de agosto de 2016, que garante o direito à presença de doulas durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nos hospitais, maternidades, casas de parto e estabelecimentos similares da rede pública e privada de saúde do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada do projeto de autoria do deputado Zé Maurício, a fim de especificar a permanência da doula no ambiente hospitalar e criar o cadastro de doula voluntária;

Relatora: Deputada Laura Gomes

5) Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2168/2021**, que altera a Lei nº 16.607, de 9 de julho de 2019, que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência autoprovocada, atendidos pelos serviços públicos ou privados de saúde, de autoria da Deputada Simone Santana, a fim de estabelecer princípios e diretrizes na aplicação da lei;

Relatora: Deputada Laura Gomes

6) Projeto de Lei Ordinária nº 2233/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, que dispõe sobre a instalação de equipamentos acessíveis e adaptados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em empreendimentos privados situados no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências;

Relatora: Deputada Roberta Arraes

7) Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2240/2021**, de autoria do Deputado Antônio Coelho, que institui Política Estadual do Voluntariado e Exercício de Cidadania e dá outras providências.

Relator: Deputado Isaltino Nascimento

Sala da Comissão de Saúde e Assistência Social

Recife, 18 de junho de 2021.

Deputada Roberta Arraes
Presidente

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REUNIÃO ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do Art. 117, do Regimento Interno deste Poder, os parlamentares: **Clóvis Paiva (PP)**, **Marcantônio Dourado Filho (PP)**, **Romário Dias (PSD)** e **Romero Sales Filho (PTB)**, **membros titulares**; **Laura Gomes (PSB)**, **Fabiola Cabral (PP)**, **Fabrizio Ferraz (PP)**, **Priscila Krause (DEM)** e **Simone Santana (PSB)**, membros suplentes, para participarem da Reunião Ordinária de deliberação remota a ser realizada no **dia 22 de junho de 2021, (terça-feira) às 15h00 (quinze horas)**, nos termos da Resolução nº 1.667, de 24 de março de 2020, de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde estará em pauta a seguinte matéria:

DISTRIBUIÇÃO

1. Projeto de Lei Ordinária nº 2333/2021, de autoria do Deputado Erick Lessa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de rampa de acesso, plataforma elevatória ou equipamento com tecnologia equivalente em veículos do transporte coletivo rodoviário intermunicipal e dá outras providências.)

2. Projeto de Lei Ordinária nº 2334/2021, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, afim de proibir a inclusão de cláusulas de fidelização nos contratos com academias de ginastica no âmbito do Estado de Pernambuco.)

3. Projeto de Lei Ordinária nº 2336/2021, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 16.153, de 3 de outubro de 2017, que dispõe sobre normas de segurança nos estabelecimentos bancários e financeiros no Estado de Pernambuco, originada de Projetos de lei de autoria dos Deputados Ricardo Costa, Rodrigo Novaes, Terezinha Nunes e Clodoaldo Magalhães, a fim de estabelecer horário para suprimento e/ou recolhimento diário dos estabelecimentos financeiros e comerciais por empresas de transporte especializado de valores, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

4. Projeto de Lei Ordinária nº 2338/2021, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Altera a Lei nº Lei nº 16.724, de 9 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para doadores regulares de sangue ou de medula óssea em espetáculos artístico-culturais e esportivos realizados no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de incluir as mulheres doadoras de leite materno no benefício.)

5. Projeto de Lei Ordinária nº 2339/2021, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as concessionárias de serviços públicos a indicar a data da contratação nas faturas e boletos de cobrança.)

6. Projeto de Lei Ordinária nº 2340/2021, de autoria do Deputado Erick Lessa (Ementa: Define penalidades administrativas pela prática de atos discriminatórios por motivo de raça, cor, etnia ou origem, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

7. Projeto de Lei Ordinária nº 2341/2021, de autoria do Deputado Erick Lessa (Ementa: Estabelece o prazo de validade do exame de mormo e anemia infecciosa equina no Estado de Pernambuco.)

8. Projeto de Lei Ordinária nº 2343/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a interrupção do fornecimento dos serviços que indica de forma automática, na ocasião de pagamento, acordo, negociação e quitação realizados pelo cliente e dá outras providências.

9. Projeto de Lei Ordinária nº 2344/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Determina que as Operadoras de Planos de Saúde com sede ou filial em Pernambuco, concederão a autorização imediata para realização de exames para detecção do COVID 19 ou de patologias decorrentes do coronavírus e dá outras providências.)

10. Projeto de Lei Ordinária nº 2345/2021, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas para confecção de 2ª via de documentos pessoais de Pessoas com Deficiências que tenham sido roubadas ou furtadas.)

11. Projeto de Lei Ordinária nº 2348/2021, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Veda aos planos de saúde com sede ou filial em Pernambuco, limitar consultas e sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicoterapia no tratamento das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA).)

12. Projeto de Lei Ordinária nº 2351/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.722, de 9 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de Programa de Integridade por pessoas jurídicas de direito privado que contratarem com o Estado de Pernambuco, a fim de instituir regras adicionais para aplicação do programa de integridade e dá outras providências.)

13. Projeto de Lei Ordinária nº 2352/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Obriga o monitoramento contínuo de vazões e qualidade de água em estações de tratamento de esgotos no Estado de Pernambuco.)

14. Projeto de Lei Ordinária nº 2354/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.704, de 18 de dezembro de 2008, que cria o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária - CEEPS, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de estimular a criação de políticas públicas de economia popular solidária voltadas para iniciativas e empreendimentos organizados ou chefiados por mulheres.)

15. Projeto de Lei Ordinária nº 2355/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.762, de 31 de agosto de 2012, que institui a Política Estadual de Mobilidade por Bicicletas, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de dispor sobre a instalação de estrutura física adequada para o estacionamento de bicicletas, em empreendimentos privados.)

16. Projeto de Lei Ordinária nº 2356/2021, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a exposição do consumidor a constrangimento no uso do cartão magnético e dá outras providências.)

17. Projeto de Lei Ordinária nº 2357/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.104, de 1º de julho de 2010, que institui regras e critérios para a contratação ou formalização de apoio a eventos relacionados ao turismo e à cultura no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, a fim de fortalecer a cadeia do artesanato pernambucano, estimular o turismo gastronômico e o ecoturismo, e promover a interiorização do turismo em Pernambuco.)

18. Projeto de Lei Ordinária nº 2358/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar como dependente natural do titular de plano ou seguro-saúde, a criança ou adolescente sob a sua guarda ou tutela.)

19. Projeto de Lei Ordinária nº 2359/2021, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Altera a Lei nº 12.319, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a cobrança da Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos -TFUSP, no que diz respeito à inspeção e fiscalização agropecuária, e dá outras providências, a fim de substituir o termo "peixes ornamentais" pela expressão "organismos aquáticos ornamentais" e modifica o valor cobrado pela emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA) para a categoria de animais que especifica.)

20. Projeto de Lei Ordinária nº 2360/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 12.626, de 5 de julho de 2004, que institui a Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas e dá outras providências, originada de Projeto de Lei do Deputado Betinho Gomes, a fim de instituir regras adicionais de proteção.)

21. Projeto de Lei Ordinária nº 2364/2021, de autoria da Deputada Clarissa Tercio (Ementa: Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes de Pernambuco ao aprendizado de língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona.)

22. Projeto de Lei Ordinária nº 2368/2021, de autoria da Deputada Fabíola Cabral (Ementa: Dispõe sobre obrigatoriedade das distribuidoras e revendedoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) para uso residencial, padrão P13, bem como postos de combustíveis que ofertam seus produtos no Estado de Pernambuco a fornecerem informações de preços ao PROCON/PE, e dá outras providências.)

23. Projeto de Lei Ordinária nº 2372/2021, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Dispõe sobre a acessibilidade nas aulas remotas das escolas públicas e privadas no Estado de Pernambuco.)

24. Projeto de Lei Ordinária nº 2373/2021, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 14.762, de 31 de agosto de 2012, que institui a Política Estadual de Mobilidade por Bicicletas, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de incluir regras acerca da identificação de bicicletas e dá outras providências.)

25. Projeto de Lei Ordinária nº 2374/2021, de autoria da Deputada Clarissa Tercio (Ementa: Dispõe sobre a proibição da publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual e informações sobre redesignação de gênero nas escolas direcionadas aos menores de 18 anos no Estado de Pernambuco.)

26. Projeto de Lei Ordinária nº 2375/2021, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Dispõe sobre a inclusão da Política Educacional do Empreendedorismo e da Inovação na grade curricular do ensino médio da Rede Pública Estadual de Ensino.)

27. Projeto de Lei Ordinária nº 2377/2021, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº 16.538, de 9 de janeiro de 2019, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado de Pernambuco, originado de Projeto de Lei de autoria dos Deputados Socorro Pimentel e Rodrigo Novaes, a fim de publicar o direito ao atendimento prioritário para as pessoas com câncer.)

28. Projeto de Lei Ordinária nº 2378/2021, de autoria da Deputada Fabíola Cabral (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei.)

29. Projeto de Lei Ordinária nº 2383/2021, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Institui o plano estadual de juventude e sucessão rural e dá outras providências.)

30. Projeto de Lei Ordinária nº 2389/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Proíbe cláusulas ou condições de caráter discriminatório e a exigência de disponibilidade de veículos automotores, equipamentos ou qualquer outra forma de contrapartida material, em processos de seleção de estagiários no âmbito do Estado de Pernambuco.)

31. Projeto de Lei Ordinária nº 2390/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a destinação de vagas para às agências do trabalho da Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação do Estado de Pernambuco, por empresas que receberem incentivos fiscais ou concessão de linhas de crédito pelo Poder Público estadual, nos termos que indica.)

DISCUSSÃO

PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

1. Projeto de Lei Ordinária nº 2078/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 15.564, de 27 de agosto de 2015, que determina que os produtos de vestuário, cama, mesa, banho e calçados apreendidos sejam destinados aos programas das Secretarias de Estado e dá outras providências, originada de projeto de autoria do Deputado Augusto César, a fim de aperfeiçoar a sua redação, ampliar o seu alcance e estabelecer sanções em caso de descumprimento.)
Relator: Deputado Romero Sales Filho

2. Projetos de Lei Ordinária nº 2116/2021, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de alterar a redação do art. 107.)
Relatora: Deputada Simone Santana

3. Projetos de Lei Ordinária nº 2165/2021, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar os fornecedores a remover equipamentos eletrônicos instalados no imóvel do consumidor, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento do contrato de prestação de serviço.)

Relator: Deputado Marcantônio Dourado Filho

4. Projeto de Lei Ordinária nº 2166/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, incluindo **Emenda Modificativa nº 01/2021**, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de proibir a realização de corridas competitivas utilizando cães, para fins de entretenimento e apostas.)

Relatora: Deputada Laura Gomes

5. Projeto de Lei Ordinária nº 2171/2021, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar a inclusão, na mesma fatura ou boleto de cobrança mensal, de valores relativos a ajustes ou irregularidades de períodos anteriores.)

Relator: Deputado Marcantônio Dourado Filho

6. Projeto de Lei Ordinária nº 2189/2021, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.688, de 6 de novembro de 2019, que institui a Política de Educação Ambiental de Pernambuco – PEAPE, a fim de estabelecer novas diretrizes para a Educação Ambiental Formal.)

Relator: Deputado Marcantônio Dourado Filho

SUBSTITUTIVOS

1. Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1635/2021**, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia e ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1641/2021**, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Altera a Lei nº 16.320, de 26 de março de 2018, que regulamenta as feiras de produtos orgânicos e/ou agroecológicos no Estado de Pernambuco e dá outras providências, de autoria do Deputado Miguel Coelho, a fim de obrigar a divulgação de informações sobre a realização das feiras e sobre o cadastro de produtores.)

Relatora: Deputada Simone Santana

2. Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Administração Pública ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1891/2021**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar o direito ao sigilo de informações constantes nos cadastros e bancos de dados de consumidores e de serviços de proteção ao crédito ou outros congêneres, para as vítimas de violência doméstica e familiar sob medida protetiva de urgência, e pessoas ameaçadas inseridas em programas de proteção do Governo do Estado de Pernambuco.)

Relatora: Deputada Laura Gomes

3. Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1917/2021**, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Obriga o atendimento, no pavimento térreo de prédios públicos ou privados, de idosos, gestantes, pessoas com deficiência física, dificuldade ou restrição de locomoção, quando inexistente equipamento interno para acesso a pavimentos superiores.)

Relator: Deputado Romero Sales Filho

4. Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1921/2021**, de autoria da Deputada Roberta Arraes, incluindo **Subemenda Modificativa nº 01/2021**, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Dispõe sobre o incentivo, através de campanhas informativas com afixações de cartazes nos salões de belezas e lojas de produtos para cabeleireiros e tratamentos capilares, dos programas de doações de cabelos para pacientes em tratamento de câncer, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

Relator: Deputado Romero Sales Filho

5. Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça aos **Projetos de Lei Ordinária nº 2038/2021**, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de determinar que as concessionárias de serviços públicos disponibilizem aos consumidores, através de plataformas digitais, mecanismos de contestação de dívidas e pagamento de faturas, consulta, alteração de titularidade e cancelamento do contrato, consulta de histórico de consumo, obtenção de declaração de quitação e comprovantes de pagamento das faturas, alteração de datas de vencimento, emissão de faturas em Braille, solicitação de tarifa social e negociação de dívidas.)

Relatora: Deputada Simone Santana

6. Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2090/2021**, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 16.633, de 24 de setembro de 2019, que determina regras para a reserva de unidades residenciais dos programas habitacionais do Estado de Pernambuco às pessoas que indica, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Gleide Ângelo, a fim de incluir órfãos e abrigados na reserva de unidades habitacionais.)

Relator: Deputado Romero Sales Filho

7. Projetos de Lei Ordinária nº 2106/2021, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 14.378, de 2 de setembro de 2011, que institui a divulgação e instalação de recipientes coletores para a Reciclagem de óleos e gorduras, de origem animal ou vegetal, consumidos no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto do Deputado Daniel Coelho, a fim de destinar o óleo de cozinha dos estabelecimentos.)

Relatora: Deputada Simone Santana

8. Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2127/2021**, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 14.001, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre as atividades dos estabelecimentos comerciais que colocam à disposição do público, mediante locação, computadores e máquinas para acesso à internet, disciplina o acesso dos menores de idade a esses estabelecimentos, e dá outras providências, originada de projeto de autoria do Deputado Pedro Eurico, a fim de promover regras de segurança nos estabelecimentos.)

Relator: Deputado Romero Sales Filho

9. Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2179/2021**, de autoria do Deputado Antonio Moraes (Ementa: Altera a Lei nº 15.736, de 21 de março de 2016, que Regulamenta a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício e assemelhados, e de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso com estampidos, assim como a queima e soltura nos eventos e ambientes que especifica e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de alterar cláusula de vigência.)

Relatora: Deputada Laura Gomes

10. Substitutivo nº 01/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2240/2021**, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Institui Política Estadual do Voluntariado e Exercício de Cidadania e dá outras providências.)

Relatora: Deputada Laura Gomes

Recife, 18 de junho de 2021

Deputado ERICK LESSA
Presidente

Projeto

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002384/2021

Dispõe sobre o Programa de Prevenção ao Diabetes Infanto-juvenil nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Prevenção ao Diabetes Infanto-juvenil na Rede Estadual de ensino.

Art. 2º O programa tem por objetivo proporcionar aos alunos conhecimentos básicos sobre a Diabetes e os problemas causados pela doença, bem como as formas de se promover o autocuidado através da alimentação saudável e da prática de atividades físicas.

Parágrafo único. O programa será destinado aos alunos do ensino médio, através de conteúdo aplicado na disciplina de ciências biológicas.

Art. 3º O material didático utilizado será toda e qualquer produção literária atualizada já disponível na Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 4º O Poder Executivo viabilizará, através da pasta pertinente, a implantação de convênios com entes e organizações sociais, inclusive as associações da sociedade civil, para, de forma voluntária, ajudarem a reduzir os casos de diabetes infanto-juvenil.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei através de Decreto, se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Escola é o palco ideal e apropriado para construção dos saberes do indivíduo. Assim, como matéria a ser debatida em sala com as orientações médicas para prevenção da Diabetes é fundamental dada a grande incidência da doença em toda a sociedade, e, infelizmente cada vez mais nas faixas etárias infanto-juvenil. Projetos interdisciplinares podem ser utilizados como estratégias para que o aluno construa sua aprendizagem sobre a doença e aprenda hábitos cotidianos que possam preveni-la.

Segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes, a patologia é uma das doenças mais comuns, acometendo cerca de 120 milhões de pessoas em todo o mundo e 9 milhões só no Brasil. É caracterizada por anormalidades do metabolismo da glicose e por complicações tardias envolvendo os rins, olhos, nervos e os vasos sanguíneos. O seu diagnóstico é confirmado quando a glicemia (taxa de glicose no sangue - valor normal 110 mg/dl) de jejum estiver acima de 126 mg/dl ou quando em 2 ocasiões distintas a glicemia ultrapassar 200 mg/dl ou após teste de sobrecarga com glicose (glicemia de 2 Hs = 200 mg/dl). O diagnóstico torna-se fácil quando a pessoa apresentar os sintomas clássicos da elevação da glicose no sangue (hiperglicemia), como sede intensa, urina abundante (poliúria), perda de peso e embaçamento visual.

Entende-se que a escola deva utilizar o diálogo como uma ferramenta no processo ensino-aprendizagem e através do conhecimento básico sobre a Diabetes, o educando possa compreender sua própria necessidade de cuidado e manutenção da saúde, visando uma vida saudável e feliz.

Portanto, conto com os Nobres Pares desta Casa de Leis para aprovação da presente proposição, dada a relevância que o tema apresenta.

Sala das Reuniões, em 18 de Junho de 2021.

Alessandra Vieira
Deputada

Às 1ª, 3ª, 6ª, 9ª, 11ª comissões.

(REPUBLICADO)

Requerimento

Requerimento Nº 003125/2021

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja discutido e votado em Regime de Urgência o Projeto de Lei Ordinária nº 2386/2021, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, que adota o ex-vice-presidente da República Federativa do Brasil Marco Maciel Patrono do Legislador no Estado de Pernambuco.

Justificativa

O nome do ex-vice-presidente da República Marco Maciel é sinônimo de integridade, honestidade e espírito público. Foi um político desprendido de qualquer vaidade, e sempre honrou os princípios revolucionários do nosso Estado, razão pela qual requeremos a tramitação em Regime de Urgência do Projeto de Lei Ordinária nº 2386/2021. Ante o exposto, solicitamos a aprovação deste Requerimento.

Sala das Reuniões, em 18 de Junho de 2021.

Clodoaldo Magalhães

Adalto Santos
Aglailson Victor
Alberto Feitosa
Alessandra Vieira
Aluísio Lessa
Álvaro Porto
Antonio Coelho
Antonio Fernando
Antônio Moraes
Clarissa Tercio
Clovis Paiva
Delegada Gleide Ângelo
Dulci Amorim
Eriberto Medeiros
Gustavo Gouveia
Henrique Queiroz Filho
Isaltino Nascimento
João Paulo Costa
Joaquim Lira
José Queiroz
Manoel Ferreira
Marcantonio Dourado Filho
Marco Aurelio Meu Amigo
Priscila Krause
Professor Paulo Dutra
Roberta Arraes
Romário Dias
Romero Albuquerque
Romero Sales Filho
Simone Santana
Tony Gel

DEFERIDO

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Poder Legislativo. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br